

29 de agosto, Dia da Visibilidade Lésbica, por Carla Gisele Batista

À lembrança de Lurdinha Rodrigues

[\(Folha-PE, 29/08/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Ontem, 28 de agosto, Ana Carla da Silva Lemos, trouxe a público o seu estudo “Movimentos de Lésbicas de Pernambuco: uma etnografia feminista a partir do ativismo lésbico”. Aprovado pela banca de mestrado, no Programa de Pós Graduação em Antropologia da UFPE, o trabalho é uma importante e original contribuição para resgatar a organização do movimento lésbico em Pernambuco, no Brasil, na América Latina. Inspirada pelo que considero uma conquista a ser comemorada por todos os movimentos sociais, e remetendo à minha formação em História, pensei na coluna desta semana.

Em 2011 fiz uma longa entrevista** com Maria de Lourdes Alves Rodrigues. Mais conhecida como Lurdinha Rodrigues, ela foi uma queridíssima e valiosa companheira de militância que nos deixou precocemente em 2015, quando atuava como Coordenadora Geral de Diversidade da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. MULHERES EM MOVIMENTO neste 29 de agosto, data referência do mês dedicado à visibilidade lésbica, quer homenagear e resgatar, a partir de Lurdinha - que fez e transformou a História - lembranças recentes da trajetória do movimento de lésbicas, acreditando que a leitura do passado pode sempre nos fortalecer, se olharmos pra ele de forma atenta e generosa.

Com a palavra, Lurdinha Rodrigues. Presente!

“(...) tenho 51 anos... trabalho atualmente (2011) no Instituto Patrícia Galvão e a minha militância política tem se dado na Liga Brasileira de Lésbicas (LBL) e espaços

diversos da política, mas sempre representando a LBL, como, por exemplo, no Conselho Nacional de Saúde, na Frente Paulista pelo Direito à Comunicação e por Liberdade de Expressão. Já atuei nas Jornadas pelo

Direito ao Aborto Legal e Seguro representando a LBL... também participei da construção da Frente contra a Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto, representando a LBL, enfim... “.

“(...) eu comecei na atividade política no Movimento secundarista, em plena ditadura militar... Eu entrei em contato com a política por intermédio de pessoas que tinham a militância no movimento secundarista, isso em Jundiaí. Quando eu fui para São Paulo, voltei para São Paulo, eu entrei em um partido político, tinha 17 anos e conheci algumas companheiras feministas como a Amelinha Teles que fazia matérias para o Jornal Brasil Mulher e me entrevistou na época, porque quando eu voltei para São Paulo eu mudei totalmente a minha vida. Estava me preparando para prestar vestibular, eu queria fazer psicologia e eu abandonei tudo isso quando me pediram para ir para o Movimento Operário. Eu fui para uma fábrica têxtil, eu peguei sinusite, fui para o sindicato (risos) dos têxteis e desse lugar de operária eu construí a minha militância muito próxima do movimento feminista porque o feminismo estava se reorganizando”.

“Teve o ano internacional da mulher em 1975 e em 1978 teve o Congresso da Mulher Paulista que eu participei representando o sindicato dos têxteis e tive contato com muitas feministas. Mas a que teve uma importância na minha formação foi a Amelinha Teles. E a gente começou a discutir a criação de uma entidade de mulheres mais emancipacionista, porque na época nós éramos ligadas ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Eu fui expulsa em 1987 do PCdoB exatamente pela questão da ética, dos ideais feministas, enfim... que tiveram muitos enfrentamentos. Fomos expulsas juntas aliás, eu e a Amelinha e a Terezinha, as três “inhas” (risos)”.

“Então em 1981 nós fundamos a União de Mulheres de São Paulo e eu fui me aproximando cada vez mais da discussão das mulheres. Eu ainda não tinha me descoberto lésbica, apesar de... enfim, de perceber algumas diferenças, mas em 1980, na década de 1980 a questão da sexualidade não era tão visível, tão discutida como hoje. Eu acho que o movimento feminista teve um papel muito importante no debate público sobre a questão da sexualidade, sobre a questão da orientação sexual, na construção de muitos agrupamentos de lésbicas”.

“(...) A criação da Liga Brasileira de Lésbicas se deu em 2003. A Liga foi fundada em janeiro de 2003 no Fórum Social Mundial, mas a estruturação, a organização da LBL aconteceu mesmo em junho de 2003 durante o 5º Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE) que aconteceu em São Paulo. Eu estava na organização e acabei me aproximando dessa discussão e estou nela até hoje. Então, a partir de 2003 as lésbicas tiveram um espaço nacional de articulação com uma diretriz feminista diferente de boa parte dos espaços anteriores. Acho que vale um parêntesis: as lésbicas em sua maioria sempre estiveram organizadas mais no âmbito do Movimento LGBT e era já antiga essa reivindicação, essa pauta de construção de uma articulação nacional das lésbicas. Então a Liga vem para suprir esse desejo, essa necessidade das lésbicas terem uma articulação nacional”.

“E em 2004 nós tivemos o Primeiro Encontro Nacional da LBL que definiu princípios e bandeiras. (...) A Liga, desde a sua criação tem uma identidade que vem se consolidando cada vez mais que é: participa da Liga quem de fato está a fim de mudar o mundo não só para conquistar a livre orientação sexual, mas um mundo sem machismo, sem racismo, sem exploração do capital, enfim... então esses são alguns dos princípios que foram deliberados do Primeiro Encontro Nacional da Liga Brasileira de Lésbicas que aconteceu em novembro de 2004 em São Paulo, um ano e pouquinho depois da criação da LBL. E essa carta de princípios que foi deliberada no Primeiro Encontro da LBL, ela é a condição para fazer parte da Liga, então a gente tem também um processo de formação permanente, né... formação política, formação feminista

para que as companheiras que participam ou que queiram participar venham também nessa perspectiva de mudança da sociedade para uma sociedade onde as mulheres heterossexuais, homossexuais, bissexuais sejam tratadas com igualdade de direitos, na lei e na prática”.

“(Nesse encontro) nós decidimos participar das Conferências de políticas para as mulheres desde as conferências municipais, as Conferências estaduais e fomos numa delegação nacional da LBL para a Primeira Conferência Nacional de Política para as Mulheres (2004). O que aconteceu é que lá nós fizemos várias reuniões das lésbicas para discutir nossa pauta

específica para a Conferência e atuamos junto com as feministas, com as delegadas feministas, na defesa de várias propostas”.

“A atuação das lésbicas na Iª Conferência já foi uma atuação bastante significativa, saindo nos Anais da Conferência, com fotos, a gente fazendo reunião, enfim... foi muito, muito significativa a nossa presença lá. (...) Nós tivemos em 2006 uma conquista importante que foi a inclusão da cadeira para o segmento de lésbicas dentro do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), que apesar de ter sido criado em 1985, as lésbicas nunca tinham tido um assento enquanto lésbicas no CNDM. Nós tivemos, aliás, duas conquistas em 2006: o assento no CNDM e o assento no Conselho Nacional de Saúde para o segmento LGBT, que foi ocupado por uma lésbica da LBL”.

“Então nós chegamos na Conferência em 2007 (2ª CNPM) muito mais organizadas, muito mais visíveis (...) a gente conquistou a inclusão de um eixo no IIº Plano Nacional de Políticas para as Mulheres que é o eixo 9, que é o combate ao racismo, à lesbofobia e ao machismo.

(Em 2011) Então assim, tem que avaliar por um lado há um avanço do fundamentalismo e uma onda de intolerância que não é no Brasil, é no planeta. Haja

visto as últimas notícias em vários países,... asiáticos, enfim... Uma onda de fundamentalismo muito forte! As primeiras prejudicadas com isso são as mulheres, né!?! “.

Para finalizar, ofereço a você a música Vambora, com a Adriana Calcanhoto:

** Editada, sem retirar declarações dos contextos. A entrevista era muito mais larga e tratava de outros temas.

Por Carla Gisele Batista

CNDM define representantes da sociedade civil para organizar a 4ª Conferência das Mulheres em 2015

(SPM, 06/11/2014) Encontro incluiu balanço apresentado pela ministra Eleonora Menicucci e informe da Casa da Mulher Brasileira, do programa Mulher, Viver sem Violência

A 41ª reunião ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), realizada nestas terça e quarta-feira (04 e 05/11) em Brasília, escolheu seis representantes da sociedade civil para compor a Comissão Organizadora da 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, em 2015. No evento, a ministra Eleonora Menicucci, da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), destacou a importância das políticas implementadas pela SPM para a vida das brasileiras, num balanço de sua gestão (2012-2014).

As conselheiras do CNDM elegeram, no segundo dia do encontro, seis representantes da sociedade civil para compor a Comissão Organizadora da 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, que deve acontecer no segundo semestre de 2015. Foram escolhidas as organizações Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras, Liga Brasileira de Lésbicas, Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia, Central Única dos Trabalhadores, Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil e Articulação de Mulheres Brasileiras.

No seu balanço, Menicucci apresentou as ações desenvolvidas pelas três secretarias que compõem a SPM, no combate à violência contra a mulher, na estruturação de órgãos de atendimento às mulheres nos Estados e municípios e na capacitação de gestoras em políticas públicas para as mulheres. As ações da SPM visam à igualdade de gênero e melhoria das condições de vida das mulheres por meio de ações específicas de equidade, na saúde integral,

nos direitos reprodutivos.

A intervenção da ministra incluiu ainda um informe sobre a situação das unidades da Casa da Mulher Brasileira, um dos eixos do programa Mulher, Viver sem Violência. A primeira a ser inaugurada é a de Campo Grande, no início de dezembro.

Estatísticas de Gênero - Na manhã do segundo dia, a secretária-executiva da SPM, Lourdes Maria Bandeira, relatou sua participação na 1ª Conferência Extraordinária dos Estados que participaram da Convenção de Belém do Pará, realizada na Cidade do México. Esta convenção, também conhecida como Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, ocorreu em junho de 1994, na cidade brasileira.

A secretária de Articulação Institucional e Ações Temáticas da SPM, Vera Soares, expôs os resultados do estudo Estatísticas de Gênero: Uma análise do Censo Demográfico de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), SPM e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Trata-se de um panorama inédito sobre as mudanças na situação das brasileiras com base nas informações do Censo Demográfico de 2010 comparadas às de 2000.

Comunicação Social

Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM

Presidência da República - PR

Acesse no site de origem: [CNDM define representantes da sociedade civil para organizar a 4ª Conferência das Mulheres em 2015 \(SPM, 06/11/2014\)](#)

Diário Oficial pública nova

composição do CNDM

(SPM-PR, 15/05/2014) O Diário Oficial da União (DOU) publicou nesta quinta-feira (15/04) a nova composição do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) para o triênio 2014-2017, vinculado à Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR). Os novos conselheiros tomarão posse na próxima reunião, marcada para o dia 20 de maio. Confira a relação:

Conselheiras Governamentais

1. Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM

Presidenta: Ministra Eleonora Menicucci de Oliveira

Adjunta: Secretária Executiva Lourdes Maria Bandeira

2. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR

Titular: Mônica de Oliveira

Suplente: Dalila Fernandes Negreiros

3. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - SDH

Titular: Ivanilda Maria Figueiredo Lyra

Suplente: Laissa da Costa Ferreira

4. Secretaria - Geral da Presidência da República

Titular: Fernanda Papa

Suplente: Carla de Paiva Bezerra

5. Casa Civil da Presidência da República - PR

Titular: Magaly de Carvalho Correia Marques

Suplente: Daniele Kleiner

6. Ministério da Cultura - MinC

Titular: Anna Flávia Russo Amorim

Suplente: VAGO

7. Ministério de Ciência e Tecnologia - MCT

Titular: Fernanda Gomes Pedrosa

Suplente: Vanessa Mello Nedel

8. Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA

Titular: Karla Emmanuela Ribeiro

Suplente: Elisângela Costa Bezerra

9. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome - MDS

Titular: Teresa Sacchet

Suplente: Maria Carolina Pereira Alves

10. Ministério da Educação - MEC

Titular: Clélia Brandão Alvarenga Craveiro

Suplente: Daiane de Oliveira Lopes Andrade

11. Ministério da Justiça - MJ

Titular: Fernanda Alves dos Anjos

Suplente: Cristina Gross Villanova

12. Ministério do Meio Ambiente - MMA

Titular: Regina Elena Crespo Gualda

Suplente: Ana Carolina Santos

13. Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão - MPOG

Titular: M^a do Rosário de Holanda Cunha Cardoso

Suplente: Maria Santa Cruz Pordeus

14. Ministério da Saúde - MS

Titular: Maria Esther de Albuquerque Vilela

Suplente: Thereza de Lamare Franco Neto

15. Ministério das Relações Exteriores - MRE

Titular: Alexandre Peña Ghisleni

Suplente: Laura Berdine Santos Delamonica

16. Ministério do Trabalho e Emprego - MTE

Titular: Adriana Rosa dos Santos

Suplente: Esther Baltazar Alvim

Entidades da Sociedade Civil

Entidades Titulares da Categoria "A"

(Redes e Articulações feministas e de defesa dos direitos das mulheres)

1. Articulação de Mulheres Brasileiras - AMB

Conselheira: Maria Aparecida Schumaher

2. Articulação de ONGs de Mulheres Negras - AMNB

Conselheira: Maria das Dores do Rosário Almeida

3. Confederação de Mulheres do Brasil - CMB

Conselheira: Lídia Correa

4. Fórum de Mulheres do Mercosul - FMM

Conselheira; Jeanete Assad Mazzeiro

5. Fórum Nacional de Mulheres Negras - FNMN

Conselheira: Silvana do Amaral Verissimo

6. Liga Brasileira de Lésbicas - LBL

Conselheira: Silvana Brazeiro Conti

7. Marcha Mundial das Mulheres - MMM

Conselheira: Lourdes Andrade Simões

8. Movimento de Mulheres Camponesas - MMC

Conselheira: Justina Inês Cima

9. Parto do Princípio - Mulheres em Rede pela Maternidade Ativa

Conselheira: Cristiane Yukiko Kondo

10. Rede Mulher e Mídia

Conselheira: Rachel Moreno

11. Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos - RNFS

Conselheira: Sheila Sabag

12. União Brasileira de Mulheres - UBM

Conselheira: Lucia Helena Rincon Afonso

13. União de Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira - UMIAB

Conselheira: Rosimere Maria Vieira Teles

Entidade Suplente da Categoria "A

1. Associação Nacional de Travestis e Transexuais - ANTRA

Conselheira: Chopelly Glaudystton Pereira dos Santos

2. Articulação Brasileira de Lésbicas - ABL

Conselheira: Karoline Soares Chaves

3. Federação das Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais do Brasil - BPW Brasil

Conselheira: Eunice Aparecida da Cruz

4. Rede Economia e Feminismo - REF

Conselheira: Sarah Luiza de Souza Moreira

Entidades Titulares da Categoria "B":

(Organizações de caráter sindical, associativa, profissional ou de classe que atuam na promoção dos direitos das mulheres)

1. Associação Brasileira de Saúde Coletiva - ABRASCO

Conselheira: Simone Grilo Diniz

2. Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB

Conselheira: Ivânia Pereira da Silva Teles

3. Central Única dos Trabalhadores - CUT

Conselheira: Rosane da Silva

4. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE

Conselheira: Isis Tavares Neves

5. Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG

Conselheira: Alessandra da Costa Lunas

6. Federação Nacional dos Trabalhadores Domésticos - FENATRAD

Conselheira: Sueli Maria de Fátima

7. União Nacional de Estudantes - UNE

Conselheira: Lays Gonçalves da Silva

Entidades Suplentes na Categoria “B”

1. Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria - CNTI

Conselheira: Sônia Maria Zerino da Silva

2. Conselho Federal de Psicologia - CFP

Conselheira: Madge Porto Cruz

Conselheiras de Notório Conhecimento das Questões de Gênero

1. CEPIA - Cidadania , Estudo, Pesquisa , informação e Ação

Conselheira : Jacqueline Pitanguy

2. SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia

Conselheira: Maria Betania de Melo Ávila

Conselheira Emérita:

1. Conselheira: Clara Charf

Confira a íntegra no [Diário Oficial da União](#)

Comunicação Social

Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM

Presidência da República - PR

Acesse o site de origem: [Diário Oficial publica nova composição do CNDM](#)